



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

BRUNA ANDRADE CUSTÓDIO

**JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PARA A
DIMINUIÇÃO DA SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA**

BRASÍLIA

2019

BRUNA ANDRADE CUSTÓDIO

**JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PARA A
DIMINUIÇÃO DA SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Cristiane Damasceno

BRASÍLIA

2019

BRUNA ANDRADE CUSTÓDIO

**JUSTIÇA RESTAURATIVA: POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO PARA A
DIMINUIÇÃO DA SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Cristiane Damasceno

Brasília, __ de novembro de 2019.

BANCA AVALIADORA

Professora Orientadora: Cristiane Damasceno

Professor (a) Avaliador (a)

AGRADECIMENTOS

Não só diante conquistas e etapas concluídas, mas a cada passo que me leva para mais perto do meu objetivo, meu coração se preenche de gratidão.

Gratidão por todos os momentos ao longo do curso que me mostraram o caminho que devo seguir. Gratidão pelos professores que foram capazes de compartilhar um pouco da paixão pelo mundo do direito e pela profissão. Gratidão pelas pessoas que cruzaram meu caminho durante o curso e me proporcionaram ensinamentos que levarei em meu coração.

Agradeço ao meu Deus que me deu forças nos momentos que pensei em desistir e me senti incapaz. Ele sempre acreditou em mim, foi e será meu guia em cada etapa que percorrer.

Agradeço aos meus pais, José e Daniela, pela oportunidade de cursar o curso de Direito, como também por todo apoio e dedicação ao meu futuro. Eles nunca me negaram conhecimento e serão sempre meus primeiros apoiadores. Sei que, independente da minha escolha, eles estarão torcendo por mim com todo fervor.

Agradeço ao meu irmão, José Renato, por acompanhar e viver essa fase ao meu lado. Ele que é meu melhor amigo e almeja sempre o meu sucesso.

Agradeço aos meus familiares por toda torcida que depositam em mim e por serem minha base.

Agradeço ao meu namorado, Marcus Vinicius, por escutar, respeitar e apoiar minhas decisões. Por ter me ensinado a aproveitar cada fase e ir sempre em busca dos meus sonhos. Ele que sempre se faz presente, acredita em mim e é meu suporte.

Agradeço aos meus amigos e colegas de curso por estarem sempre dispostos a me ajudar, pela troca de conhecimentos e vivências. Vocês tornaram essa jornada muito mais leve e feliz.

Agradeço à minha orientadora, Cristiane Damasceno, pelo apoio e auxílio para a execução da presente monografia, que julgamos ser uma pauta tão importante a se defender.

A eles, meu sentimento de gratidão e amor.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo expor a Justiça Restaurativa como um instrumento utilizado para a diminuição da população carcerária. Exibe que o sistema prisional brasileiro, por si só, não é suficiente e capaz de cumprir com a dupla finalidade da pena. Sendo assim, introduz a Justiça Restaurativa como um método de solução de conflitos que impõe penas alternativas, visando, sempre, a restauração da vítima. As práticas restaurativas ocorrem entre as partes interessadas no conflito, incluindo ativa e diretamente a vítima, o ofensor e a comunidade. Defende-se que a aplicação da Justiça Restaurativa nos crimes de médio potencial ofensivo, como o roubo, até mesmo para os reincidentes, seria altamente eficaz para a diminuição da superlotação carcerária. São apresentadas algumas situações e dados que demonstram que a Justiça Restaurativa poderia atuar para amenizar esse problema recorrente em todas as unidades da Federação, a superlotação carcerária. Por fim, não se defende a extinção da Justiça Comum e sim uma reestruturação a fim de que a Justiça Restaurativa seja implementada em mais casos.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Justiça Restaurativa. Mudança de Paradigmas. Superlotação Carcerária.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 FUNÇÃO DA PENA.....	8
3 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	11
4 JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	18
4.1 Origem e funcionamento da Justiça Restaurativa.....	18
4.2 Necessidade de mudança de paradigmas de convivência social.....	24
4.3 Justiça Restaurativa como meio de diminuição da superlotação carcerária.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa surge como um novo modo de enxergar o sistema punitivo, rompendo com paradigmas enraizados em nossa sociedade. Tem como objetivo modificar a concepção a qual a sociedade possui acerca do delito, buscando a pacificação social com a devida reintegração das partes envolvidas.

A presente monografia visa apresentar as peculiaridades pertencentes à Justiça Restaurativa as quais se diferenciam da Justiça Comum, evidenciando, também, as falhas que perpassam pelo sistema tradicional. Tem como finalidade expor a implementação das práticas restaurativas como uma possível solução para amenizar e diminuir um dos problemas mais preocupantes concernentes ao sistema prisional, a superlotação carcerária.

O objetivo do trabalho não é convencer o leitor que se deve aplicar única e exclusivamente a Justiça Restaurativa no Brasil, extinguindo-se, assim, a Justiça Comum. Ao contrário, pretende demonstrar que a Justiça Restaurativa é eficaz e deve ser implementada de modo mais rígido pelo Judiciário a fim de que atue harmonicamente com a Justiça Comum.

Pretende-se demonstrar que a Justiça Restaurativa pode ser aplicada em casos que, normalmente, se aplicariam penas restritivas de liberdade com a utilização da Justiça Comum, mas poderiam e deveriam ser facilmente resolvidos por meio de práticas restaurativas. Sendo assim, uma possibilidade de amenizar o problema da superlotação dos presídios.

Para o desenvolvimento da presente monografia foram utilizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de auxiliar o leitor e levá-lo a compreender o objetivo pretendido. Além disso, foram analisados dados e pesquisas recentes acerca do tema para comprovarem os argumentos expostos.

A monografia foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo trata acerca da função da pena e tem como objetivo expor as três teorias criadas com o intuito de explicar o papel que a pena deve ter. No decorrer do capítulo, é apresentada a teoria adotada no Brasil e como ocorre sua aplicação prática.

O segundo capítulo discorre sobre o sistema penitenciário brasileiro, apontando os problemas sofridos pelas pessoas privadas de liberdade ao cumprir pena no sistema prisional. O capítulo visa mostrar ao leitor as situações de barbárie nas quais os presos são submetidos.

O terceiro capítulo trata sobre a Justiça Restaurativa. Primeiramente, retrata como se deu o surgimento das práticas restaurativas, como também, expõe seu funcionamento. Em seguida, compara-se o paradigma atrelado à Justiça Comum e o paradigma proposto pela Justiça Restaurativa. Busca, também, apresentar o atual contexto em que a sociedade está inserida que

enseja por uma mudança radical na forma de pensar e agir. Por fim, são analisados dados essenciais que demonstram a preocupação acerca da superlotação carcerária, como também de possíveis crimes passíveis de solução por meio da Justiça Restaurativa. Ademais, se propõe a utilização da Justiça Restaurativa como uma possibilidade para a diminuição da superlotação carcerária, sendo este o objetivo principal do trabalho.

2 FUNÇÃO DA PENA

Para o entendimento das causas determinantes que contribuíram para o fracasso do sistema punitivo brasileiro atual, que será tratado posteriormente, é necessário entender a evolução histórica da pena e as principais teorias existentes. Três teorias que merecem destaque são: a Absoluta ou Retribucionista, Preventiva ou Relativa e Mista ou Eclética.

A teoria Absoluta ou Retribucionista, desenvolvida por Hegel e Kant, dispensa qualquer efeito social, tendo como finalidade a retribuição do mal àquela sociedade ou indivíduo na mesma proporção do ilícito penal cometido. Esta teoria está intimamente relacionada com o pretérito, tendo como único objetivo punir o causador do dano, não dando importância a uma possível cura daquele sujeito, ou seja, não se preocupa com a readaptação social do condenado para que se evite o cometimento de futuros crimes.

Alguns doutrinadores defendem que, nesta teoria, a pena não tem uma finalidade, pois ela tem fundamento em si mesma. Ou seja, o único propósito da pena é retribuir o mal com outro mal.

Pela teoria absoluta ou retributiva, a pena apresenta a característica de retribuição, de ameaça de um mal contra o autor de uma infração penal. A pena não tem outro propósito que não seja o de recompensar o mal com outro mal. Logo, objetivamente analisada, a pena na verdade não tem finalidade. É um fim em si mesma.¹

Outra teoria que merece destaque é a Teoria Preventiva da pena, dotada, em sua totalidade, de caráter social. A pena funciona como uma ferramenta que visa evitar o cometimento de futuros delitos. A punição dada de forma proporcional ao crime não é importante.

Devido ao fato de a Teoria Preventiva deter uma preocupação social a fim de obstar a violação às normas, o medo é usado como forma do Estado controlar a sociedade. Esse medo não é somente gerado àquele que comete o crime, mas também a toda sociedade, pois a intimida.

Dessa forma, a Teoria Preventiva se distingue da Teoria Absoluta da Pena, pois:

[...] contrapõem-se às absolutas, pois buscam apresentar a pena com uma finalidade de natureza política e de utilidade para os homens e a sociedade. A punição imposta ao agente do crime destinar-se-ia a prevenir a ocorrência de novos crimes.²

Por último, a teoria adotada no Brasil é a Teoria Mista ou Eclética, reconhecida como teoria unificadora da pena de Claus Roxin. O termo “unificadora” advém da junção entre as duas

¹ SILVA, Haroldo Caetano da. **Manual de execução penal**. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2002. p. 35.

² TELES, Ney Moura. **Direito penal**: parte geral, arts. 1º a 120. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v.1. p. 322.

teorias supracitadas, pois a utilização destas em separado são totalmente ineficazes para solucionar os problemas sociais, visto que a atuação em conjunto da prevenção e da retribuição se tornam essenciais para o cumprimento da finalidade da pena.

Ou seja, a pena possui caráter retributivo, punindo o agente pelos ilícitos cometidos, bem como caráter preventivo, evitando a prática de futuros crimes. O fator preventivo também se caracteriza por visar a reeducação e recuperação do infrator, para que, posteriormente, seja reinserido na sociedade.

Modernamente, adotou-se um posicionamento eclético quanto às funções e natureza da pena. É o que se convencionou chamar de pluridimensionalismo, ou *mixtum compositum*. Assim, as funções retributiva e intimidativa da pena procuram conciliar-se com a função ressocializante da sanção.³

Podemos verificar que no *caput* do artigo 59 do Código Penal e no artigo 1º da Lei de Execução Penal (LEP) se encontram a materialização da adoção da Teoria Mista no ordenamento jurídico brasileiro:

O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para **reprovação e prevenção do crime**.⁴ (grifo nosso)

Pode-se perceber o caráter retributivo ("reprovação") e o preventivo ("prevenção do crime"), no final do artigo 59. Ou seja, a pena deve ser suficiente e necessária para que a sociedade seja protegida do crime e para que, posteriormente, o condenado seja reinserido socialmente, reunindo os principais pontos das duas teorias acima abordadas. Já no artigo 1º da LEP:

A execução penal tem por objetivo **efetivar as disposições de sentença** ou decisão criminal e **proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado**.⁵ (grifo nosso)

Ou seja, o objetivo não se limita apenas ao cumprimento da pena em sua integralidade, mas também objetiva alcançar a ressocialização do condenado. Em relação à Teoria Mista, entende-se que:

Já para as teorias mistas (ecléticas) fundiram-se as duas correntes. Passou-se a entender a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade é não só a prevenção, mas também um misto de educação e correção.⁶

³ COSTA JR, Paulo José da. **Direito penal curso completo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 119.

⁴ BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵ BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

⁶ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**: parte geral. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 245.

Após explicação acerca das teorias da pena, cabe salientar que no decorrer do presente trabalho, pode-se perceber que, no Brasil, a realidade prática é diferente e entra em desacordo com a teoria adotada (Teoria Mista ou Eclética). Deixa-se de lado o caráter preventivo da pena e foca-se no repressivo. No ordenamento jurídico brasileiro prevalece a Teoria Retribucionista.

O direito brasileiro optou claramente pela teoria mista, como bem se observa pela redação que deu ao artigo 59 do Código Penal onde determina que a pena aplicada seja aquela necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Contudo **ele é mais retribucionista do que prevencionista**. É o que se deflui do dispositivo no §5, do art. 121 (também no §8, do art. 129), onde no crime culposos, faculta ao juiz deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal torne-se desnecessária. Aqui, o legislador foi única e exclusivamente retribucionista: se a retribuição foi alcançada pelas consequências do próprio fato, não há nenhuma razão para se falar em aplicar a pena.⁷ (grifo nosso)

Adiante será demonstrado que a teoria Mista da pena não é respeitada, pois o que se observa no país é a preponderância do caráter retribucionista. A dupla finalidade perde sua essência quando é desprezada a recuperação do condenado a fim de minimizar a criminalidade.

A falta de políticas públicas voltadas para a recuperação daqueles que cumprem pena no Brasil e a violação das normas constitucionais e das existentes na Lei de Execução Penal (Lei no 7.210/1984) no tocante à estrutura e condições impostas aos presos, contribuem para a ineficiência do sistema punitivo atual.

O capítulo seguinte aprofundará os problemas passados por aqueles que cumprem pena, salientando a falha no cumprimento da função preventiva e ressocializadora da pena, ou seja, a falha da aplicação da Teoria Mista ou Eclética.

⁷ FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 31.

3 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Após discorrer sobre a função da pena e a preponderância da aplicação da Teoria Retribucionista no ordenamento jurídico brasileiro, cabe destacar os reflexos gerados pelo não cumprimento adequado da Teoria Mista ou Eclética da pena e seus efeitos no sistema penitenciário brasileiro.

Atualmente, o sistema prisional brasileiro é regido, em sua maior parte, pela Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). Nela constam os direitos e deveres do condenado na execução da pena. O artigo 1º da referida lei afirma "A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado."⁸

O que ocorre é que a referida lei não é aplicada devidamente nos moldes do texto legislativo. A realidade vivida atualmente, no sistema prisional brasileiro, é deplorável. Não é preciso ir a fundo para perceber a crise que o sistema passa. Constantemente, ocorrem rebeliões nos presídios⁹, fugas e mortes decorrentes de brigas. O crescimento da corrupção dentro do sistema e a formação de facções¹⁰ contribuem de forma negativa para a falência e desestruturação do sistema carcerário.

Diversos são os problemas que o sistema prisional brasileiro suporta. Além dos citados acima, há, ainda, o descaso dos governantes, a falta de estrutura¹¹, a inexistência de um trabalho para a recuperação do detento, a superlotação, a desqualificação dos agentes penitenciários, a displicência com a concessão do direito de progressão da pena para aqueles detentores do

⁸ BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Lei de execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

⁹ Podemos demonstrar tal argumento dando como exemplo a recente Rebelião no Centro de Recuperação Regional de Altamira, no Pará, que ocorreu em 29 de julho de 2019. Outras rebeliões que convém demonstrar são: Urso Branco (2002), Casa de Custódia de Benfica (2004), Pedrinhas (2010 e 2013), Compaj (2017), Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (2017), Alcaçuz (2017), Centro Penitenciário de Recuperação do Pará (2018), dentre outras.

¹⁰ Desde muito tempo formam-se facções nos presídios brasileiros. Uma facção que se destaca nesse cenário é o Primeiro Comando da Capital (PCC), que teve início em 1993 e é considerada a mais perigosa do Brasil. O segundo maior que se destaca é o Comando Vermelho, criado no Rio de Janeiro. Ademais, existem diversas outras facções. A Rebelião de Altamira citada acima, foi interpretada pelos especialistas como sendo uma tentativa do Comando Classe A (CCA) de evitar o crescimento do Comando Vermelho. Para se ter uma visão da situação que o Brasil enfrenta, de acordo com AJURIS " não é o Estado que define qual a galeria que o preso vai. Por uma questão de segurança do próprio preso, é feita essa pergunta. Porque se botar ele no local de outra facção, de um grupo rival, ele acabará morto". "Quem assegura a integridade física dele não é o Estado. São os outros presos, amigos dele ou parceiros de crime, de facção, que estão na mesma galeria de grupos criminosos".

¹¹ Em relação ao número de vagas, observa-se um déficit total de 303.112 vagas, com uma taxa de ocupação de 171,6%. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

benefício, dentre outras. Logo, conclui-se que o sistema não cumpre o papel ressocializador da pena, não há a individualização desta, tampouco é capaz de comportar todos os apenados.

A **superlotação** devido ao número elevado de presos, é talvez **o mais grave problema envolvendo o sistema penal hoje**. As prisões encontram-se abarrotadas, não fornecendo ao preso um mínimo de dignidade. **Todos os esforços** feitos para a **diminuição do problema, não chegaram a nenhum resultado positivo**, pois a disparidade entre a capacidade instalada e o número atual de presos tem apenas piorado. Devido à superlotação muitos dormem no chão de suas celas, às vezes no banheiro, próximo a buraco de esgoto. Nos estabelecimentos mais lotados, onde não existe nem lugar no chão, presos dormem amarrados às grades das celas ou pendurados em rede. [...] Os estabelecimentos penitenciários brasileiros, variam quanto ao tamanho, forma e desenho. O problema é que assim como nos estabelecimentos penais ou em celas de cadeias o número de detentos que ocupam seus lugares chega a ser de cinco vezes mais a capacidade.¹² (grifo nosso)

É inegável que, diante de todos esses problemas enfrentados pelos presidiários, ocorre à violação ao art. 5º, XLIX, da CF/88: "é assegurado aos presos o direito à integridade física e moral", ao art. 5º, III "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" e, principalmente aos Direitos Humanos.

Ademais, de acordo com o *caput* do Art. 10 da Lei de Execução Penal (Lei 7210/84), é dever do Estado dar assistência ao preso, com o intuito de prevenir o crime e promover a ressocialização. O artigo 11 da referida lei mostra em quais âmbitos essa assistência deverá estar presente, qual seja:

A assistência será:

I - material;

II - à saúde;

III - jurídica;

IV - educacional;

V - social;

VI - religiosa.¹³

Porém, não é o que ocorre no Brasil. O preso deixa de ser visto como cidadão, que deveria ter assegurado todas as garantias constitucionais, pelo simples fato de ter sua liberdade privada. O cidadão preso precisa ser reconhecido como ser dotado de dignidade e, o fato de ter seu direito de ir e vir limitado, não significa o desrespeito aos demais direitos que deveriam ser garantidos a eles. Diante dessas violações, fato muito comum é a cegueira da sociedade diante dos problemas sofridos pelos condenados.

efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo.[...]

¹² CAMARGO, Virginia da Conceição. **Realidade do sistema prisional**. out. 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidade-do-sistema-prisional>. Acesso em: 10 out. 2019.

¹³ BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

constitui-se assim um formidável direito de punir, pois o infrator se torna o inimigo comum. Até mesmo pior que um inimigo, é um traidor, pois ele desfere seus golpes dentro da sociedade.¹⁴

Assim, quando ocorre o descumprimento das regras constitucionais, atinentes à dignidade da pessoa humana por parte dessas violações, a sociedade apenas ignora o fato, fazendo com que passem despercebidas.

Ou seja, os presidiários são expostos a condições precárias, degradantes e desumanas. Essa assistência, que deveria ser papel do Estado, é ofendida e não cumprida, contribuindo diretamente para as ocorrências de rebeliões nos estabelecimentos prisionais.

Nas prisões brasileiras a realidade é realmente bem diferente do normatizado. Os cativos sofrem constantes agressões, tanto físicas quanto morais, por parte dos companheiros de cela e dos agentes do Estado, estes últimos impondo uma espécie de regulamento carcerário, que não está consignado na legislação, e funciona como uma sanção retributiva ao mau comportamento do preso.¹⁵

O que ocorre não é apenas um descumprimento por parte do Estado e de seus agentes públicos, como também pelos próprios companheiros de cela, seja por uma rivalidade interna ou disputa de poder. O desrespeito dos agentes públicos, descumprimento do princípio da dignidade da pessoa humana ofende consideravelmente a Lei de Execução Penal em seu artigo 45, " Não haverá falta nem sanção disciplinar sem expressa e anterior previsão legal ou regulamentar. § 1º As sanções não poderão colocar em perigo a integridade física e moral do condenado".

A prisão, como sanção penal de imposição generalizada não é uma instituição antiga e que as razões históricas para manter uma pessoa reclusa foram a princípio, o desejo de que mediante a privação da liberdade retribuísse a sociedade o mal causado por sua conduta inadequada; mais tarde, obrigá-la a frear seus impulsos antissociais mais recentemente o propósito teórico de reabilitá-la. **Atualmente, nenhum especialista entende que as instituições de custódia estejam desenvolvendo as atividades de reabilitação e correção que a sociedade lhe atribui.** O fenômeno da prisionização ou aculturação do detento, a potencialidade criminalizante do meio carcerário que condiciona futuras carreiras criminais (fenômeno de contágio), os efeitos da estigmatização, a transferência da pena e outras características próprias de toda a instituição total inibem qualquer possibilidade de tratamento eficaz e as próprias cifras de reincidência são por si só eloquentes. Ademais, a carência de meios, instalações e pessoal capacitado agravam esse terrível panorama.¹⁶ (grifo nosso)

Um ponto que merece destaque é a falta de organização prisional, tendo em vista que não ocorre a separação dos presos de acordo com o tipo de delito praticado ou o tempo de pena

¹⁴ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

¹⁵ CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

¹⁶ GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

já cumprido. Ou seja, detentos que já cumpriram tempo suficiente para se contaminarem com o sistema carcerário falho se encontram no mesmo ambiente que uma pessoa recém condenada. E também, detentos que cometeram crimes de penas altíssimas com detentos de penas mais brandas.

Tudo isso influencia para a chamada "consolidação das carreiras criminais". Ou seja, a prisão, ao invés de reeducar o infrator, determina a “consolidação de uma verdadeira e própria carreira criminal, lançando luz sobre os efeitos criminógenos do tratamento penal e sobre o problema não resolvido da reincidência”.¹⁷

Ou seja, presos que praticaram crimes mais leves são recrutados para a prática de crimes maiores em busca de respeito e vantagens materiais ou até mesmo movidos pela coação através de ameaças contra a sua integridade física.

O **sentimento de injustiça** que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais **podem tornar indomável seu caráter**. Quando se vê assim exposto a sofrimento que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade; não pensa mais ter sido culpado: acusa a própria justiça.¹⁸
(grifo nosso)

Após citados alguns dos diversos problemas do sistema carcerário, resta claro a crise instaurada. Diante disso, visto o caos na estrutura, chegou-se ao Supremo Tribunal Federal em 27 de agosto de 2015, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) com pedido de medida cautelar nº 347 proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com o objetivo de reconhecer a violação dos direitos fundamentais sofrida pelos presos e a determinação de medidas para o tratamento das questões carcerárias. A medida cautelar foi concedida parcialmente.

O requerente requereu que o sistema fosse declarado um "Estado de coisas inconstitucional". Ademais, foi alegado que o sistema penitenciário brasileiro é o setor público que existe a maior diferença entre o que está positivado em relação ao Estado para a concessão de direitos e deveres e a realidade vivida. Salientou que a situação atual dos presídios é a maior violação aos direitos humanos que já ocorreu em todo processo histórico brasileiro.

O relator da ADPF foi o ministro Marco Aurélio e foi reconhecido o Estado de coisas inconstitucionais, de acordo com ementa:

CUSTODIADO – INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL – SISTEMA PENITENCIÁRIO – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADEQUAÇÃO. Cabível é a arguição de

¹⁷ BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 90-91.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil.

SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL – SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA – CONDIÇÕES DESUMANAS DE CUSTÓDIA – VIOLAÇÃO MASSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – FALHAS ESTRUTURAIS – ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO. Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional”.

AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. Estão obrigados juízes e tribunais, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a realizarem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contado do momento da prisão. ¹⁹ (grifo nosso)

Diversos foram os pedidos cautelares requeridos pelo PSOL, mas apenas dois foram concedidos. O ministro relator concedeu parcialmente a liminar.

O que vale destacar aqui é a situação em que se encontra o Brasil. Até mesmo a Corte Maior do país reconheceu que o sistema apresenta violações massivas aos direitos fundamentais garantidos no texto constitucional e necessita de medidas urgentes para amenizar o problema.

Algumas das medidas determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), também no julgamento do Recurso Extraordinário nº 641.320/RS, foi determinado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criar um banco de dados para conter informações sobre os presos. Foi criado o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões a fim de fornecer informações e dados seguros e necessários para controle do Estado e conhecimento dos cidadãos, que são atualizados constantemente.

De acordo com o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0)²⁰ de agosto de 2018, foi totalizado um número de 602.217 presos. Destes, 95% eram homens e 5% eram mulheres. Além de que, aproximadamente, 74% cumpria regime fechado, 24% regime semi-aberto e 1% regime aberto.

¹⁹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347**. Acórdão da Medida Cautelar. Brasília, Rel. Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 10 out. 2019.

²⁰ Cabe ressaltar que não se inserem nos dados citados os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, devido ao fato de não terem finalizado o cadastro até o tempo da publicação. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

No mesmo BNMP 2.0 de agosto de 2018, foi constatado um total de 109 mortes no sistema prisional entre outubro de 2017 a agosto de 2018²¹. Ademais, dentre todos os crimes referentes às pessoas privadas de liberdade no Brasil àquela época, 27,58% são do crime de roubo. Logo em seguida, com 24,74% estão os crimes de tráfico de drogas, com 11,27% estão os crimes de homicídio e com 8,63% os crimes de furto.

Outro dado importante retirado do BNMP 2.0 de agosto de 2018 é que mais da metade (53,91%)²² da população carcerária tem até 29 anos. Cabe destacar que estes são os enquadrados na população economicamente ativa do país. Na mesma pesquisa, demonstrou-se que 54,96%²³ da população carcerária se classificam como pretos ou pardos.

No mesmo objeto de pesquisa, verificou-se um número de 202 presos²⁴ portadores de deficiência física inseridos no sistema carcerário. Merece destaque também o dado de que 52,27% dos encarcerados possuem grau de escolaridade fundamental completo e 24,04%²⁵ fundamental incompleto.

Cabe salientar que os dados supracitados são referentes ao sistema prisional brasileiro em agosto de 2018, ou seja, os dados já sofreram alterações tendo em vista o decurso do tempo. Importante mencionar que foi lançado dado recente²⁶ fornecido pelo CNJ que constatou que o Brasil possuía mais de 800.000 presos até a época do recolhimento das informações. Ademais, os dados mostram que, destes, mais de 300.000 são presos provisórios, ou seja, ainda não foram condenados. Nota-se um aumento significativo em relação aos dados coletados pelo BNMP de agosto de 2018 e os dados relativos à quantidade de presos em 2019. Fato preocupante, haja vista o Brasil possuir a terceira maior população carcerária do mundo, estando atrás apenas dos Estados Unidos e da China²⁷, respectivamente.

²¹ Os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo não contribuíram para a arrecadação desses dados.

²² Esse percentual foi calculado em relação à 543.267 registros, o que equivale a 90,21% de pessoas cadastradas no sistema.

²³ Esse percentual foi calculado em relação à 209.003 registros, o que equivale a 34,71% de pessoas cadastradas no sistema.

²⁴ Informação referente à 341.194 registros, equivalente a 56,66% de pessoas cadastradas no sistema.

²⁵ Percentual referente à 207.843 registros, equivalente a 34,51% de pessoas cadastradas no sistema.

²⁶ De acordo com dados levantados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em 17 de julho de 2019, para a contabilização, incluem os que estão cumprindo pena nos regimes fechado, semiaberto e aberto em Casa de Albergado. Cabe ressaltar que esses dados excluem os presos com tornozeleira eletrônica e os que cumprem regime aberto domiciliar. BARBIÉRI, L. **CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação.** G1, Brasília, 17 de julho 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>. Acesso em: 10 outubro 2019.

²⁷ Os Estados Unidos teriam uma população carcerária de 2 milhões e 100 mil presos e a China de 1 milhão e 600 mil presos. VALENTE, Rodolfo de Almeida. **Luta antiprisional no mundo contemporâneo: um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações.** São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018. p. 74.

Diante disso, pode-se assegurar que a estrutura do sistema prisional tradicional brasileiro está em colapso, submetendo os apenados à graves violações de direitos fazendo com que haja descrença do sistema por parte da sociedade, do infrator e também da vítima. O modo como os sujeitos do processo e a sociedade enxergam o trâmite processual, o cumprimento de pena, e o sistema carcerário, detém um caráter predominantemente retribucionista, fazendo com que a finalidade principal seja sempre o desejo por um sistema de punição mais intenso, esquecendo-se do lado preventivo da pena.

Resta claro que a pena privativa de liberdade da forma como está sendo utilizada não está surtindo efeitos satisfatórios. Pelo contrário, só está agravando ainda mais a situação na qual o sistema penitenciário brasileiro se encontra. O sistema penal é um instrumento que produz muito mais violência, dor e sofrimento do que a violência que ele realmente pretende combater.

4 JUSTIÇA RESTAURATIVA

Os dois capítulos anteriores mostraram que o Brasil, na realidade, não cumpre com as finalidades da pena expressas em seu ordenamento jurídico, desrespeitando a teoria Mista ou Eclética adotada pelo sistema. O sistema punitivo não obtém êxito por possuir preponderantemente um caráter retributivo e encarcerar massivamente e sem qualidade alguma, além de não assegurar direitos e garantias inerentes aos presos.

Diante de alguns dos problemas descritos em relação ao sistema prisional, para que estes sejam solucionados é necessário implementar mudanças em diversos âmbitos. Dentre soluções que podem ajudar e amenizar algumas das adversidades, a Justiça Restaurativa se insere com o intuito de ser um caminho para tal.

O presente capítulo tem o intuito de apresentar a Justiça Restaurativa, como ela se originou, princípios e valores inerentes à prática e expor a mudança de paradigmas proposto por ela.

4.1 Origem e funcionamento da Justiça Restaurativa

Para melhor compreensão do funcionamento da prática restaurativa, cabe apresentar um breve histórico acerca do instituto.

Entende-se que o ideal de restauração já estava presente em 1.700 a.C no Código de Hammurabi, o qual previa a restituição da coisa nos crimes contra os bens. Ademais, foi evidenciada entre os colonizados da África, os aborígenes maoris na Nova Zelândia, na Áustria e na América²⁸.

Porém, na década de 70 surgiram as ideias restaurativas, obtendo muita influência na Europa e nos Estados Unidos. Assim, criou-se o Instituto para Mediação e Resolução de Conflitos (IMCR), iniciando a mediação ofensor-ofendido. Esse instituto foi se disseminando para o Canadá em 1976, com a criação do Centro de Justiça Restaurativa Comunitária de Victoria e também na Noruega.

A Nova Zelândia teve um papel fundamental para a implantação da Justiça Restaurativa no mundo, sendo uma das pioneiras. Em 1989 promulgou a "Lei sobre Crianças, Jovens e suas

²⁸ JACCOUD, M. **Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa**. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília. 2005. p. 2.

Famílias" e isso fortaleceu de forma significativa a ideia da Justiça Restaurativa. O Instituto era voltado para os jovens infratores e trouxe resultados favoráveis para o país e, por isso, a prática foi implementada também para os adultos, posteriormente. Como a experiência vivenciada pela Nova Zelândia foi benéfica, diversos países implementaram a Justiça Restaurativa na década de 1990.²⁹

Em 2002 ocorreram resoluções do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas para definirem conceitos relativos à Justiça Restaurativa e o implemento do instituto no mundo.³⁰

Em 04 de julho de 2002, foi vivenciada a primeira aplicação da prática restaurativa no Brasil chamado "Caso Zero" na Terceira Vara do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Porto Alegre entre dois jovens.³¹ Desde então, diversas foram as aplicações das práticas.

Em 2005, o Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) patrocinaram três projetos-piloto³² de Justiça Restaurativa no Brasil, o de Porto Alegre (o pioneiro), São Caetano do Sul e Brasília.

Conforme exposto, pode-se entender que a prática restaurativa já é uma realidade no nosso país. Esse instituto autônomo vem sendo aplicado tanto para situações envolvendo o Poder Judiciário, quanto fora dele, como exemplo, tem-se práticas restaurativas sendo desenvolvidas nas escolas.

A Justiça Restaurativa atua de modo diverso do modelo de justiça tradicional. Ela possui uma lógica inclusiva, dá importância para a reparação dos danos da vítima, visa atender as necessidades de seus integrantes e construir responsabilidades individuais e coletivas.

Parte-se do princípio de que a pessoa que cometeu o ato ilícito não tem culpa exclusiva pelo delito causado. Este fato ocorreu, pois existiram falhas na vida daquela pessoa e fatores

²⁹ MAXWELL, Gabrielle. A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia. In: SLAKMON, C. DE VITTO, R. PINTO, R. Gomes (Org.). **Justiça Restaurativa**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

³⁰ AZEVEDO, André Gomma; BARBOSA, Ivan Machado (orgs.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Grupos de Pesquisa UnB, 2007. v. 4.

³¹ SPARREMBERGER, V. **AJURIS 74 anos: o berço da justiça restaurativa**. Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. 15 ago. 2018. Disponível em: <http://ajuris.org.br/2018/08/15/ajuris-74-anos-o-berco-da-justica-restaurativa/>. Acesso em: 10 out. 2019.

³² TJDF. **A Justiça Restaurativa: história**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/justica-restaurativa/a-justica-restaurativa/o-que-e-a-justica-restaurativa>. Acesso em: 10 out. 2019.

externos que influenciaram diretamente para tal conduta. Por isso, a solução do conflito irá ser decidida em conjunto, com a presença de todas as partes envolvidas.

A Justiça Restaurativa consiste em uma técnica de resolução de conflitos que visa reparar o dano, seja ele emocional ou material, e atua em uma lógica social propagando seus valores e princípios por toda a sociedade.

Esses valores e princípios fundamentais devem ser seguidos e respeitados para que se chegue ao resultado pretendido.

São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a **corresponsabilidade**, a **reparação dos danos**, o **atendimento às necessidades** de todos os envolvidos, a **informalidade**, a **voluntariedade**, a **imparcialidade**, a **participação**, o **empoderamento**, a **consensualidade**, a **confidencialidade**, a **celeridade** e a **urbanidade**.³³ (grifo nosso)

É no artigo 2º da Resolução 225/2016 do CNJ que encontramos dispostos os princípios norteadores da Justiça Restaurativa. Portanto, não se trata de um rol taxativo, estando, contudo, expostos alguns dos diversos princípios pertencentes ao instituto. Estes arrolados no referido artigo devem estar sempre presentes em qualquer dos procedimentos.

Aplicar a Justiça Restaurativa é aplicar valores e princípios. E é isso que a faz ser tão eficiente para solucionar litígios e buscar a pacificação social.

A finalidade da justiça restaurativa é **consertar, reparar o futuro, restaurando relacionamentos, especialmente, entre a vítima, o agressor e a comunidade, visando, ainda, prevenir a ocorrência de novos delitos**. [...] a justiça restaurativa busca equilibrar o atendimento às necessidades, não só da vítima e da comunidade, mas também a necessidade de reintegração do vitimário à sociedade. Tem, por primordial finalidade, que **todas as partes participem de justiça de maneira produtiva**.³⁴ (grifo nosso)

Ou seja, a Justiça Restaurativa consiste em um meio de atender as necessidades de todas as pessoas envolvidas a partir do cometimento do delito, ou seja, a vítima, o infrator e a sociedade.

A justiça restaurativa é um processo através do qual todas as partes interessadas em um crime específico se reúnem para solucionar

³³ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 225 de 31 de maio de 2016**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2289>. Acesso em: 10 out. 2019.

³⁴ PACHECO, Andreia Teixeira Moret. **Justiça restaurativa: uma possível alternativa a pena de prisão e sua utilização pelo poder judiciário**. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9749/Andreia%20Teixeira%20Moret%20Pacheco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2019.

coletivamente como lidar com o resultado do crime e suas implicações para o futuro.³⁵ (grifo nosso)

A vítima detém o papel principal. Sua atuação é ativa, diferentemente do que ocorre na Justiça Comum. A vítima, aqui, não atua como mera relatora dos fatos para o auxílio da instrução e, logo depois, é deixada de lado, como é o que ocorre no sistema penal tradicional. No sistema comum, tem-se que:

o sofrimento da vítima não alimenta o sentido da pena. Pune-se para recordar a lei ao criminoso, **não para responder o sofrimento de quem sofreu o crime**.³⁶ (grifo nosso)

Ou seja, pode-se perceber que a vítima não é o foco no sistema atual. Neste, a pretensão punitiva se limita ao Estado e ao infrator, deixando a vítima como parte secundária. Por isso, a pena é insuficiente por si só para reparar qualquer sofrimento em decorrência do delito.

Contrariamente a isso, ressurge, com a Justiça Restaurativa, o protagonismo da vítima. Ela participa e tem o controle da situação. Um dos objetivos finais do processo restaurativo é a reparação do dano. Esta reparação não é dada apenas na sua modalidade pecuniária, pode ser feita de diversas outras formas. O que importa é que a vítima receba a assistência necessária para que suas necessidades sejam supridas. Com isso, é resguardada sua dignidade e é incorporado a ela um empoderamento, por ser esta a parte mais prejudicada da lide.

Partindo para o outro lado do conflito, a figura do infrator deixa de ser vista como um criminoso que deve receber de volta o mal que causou e passa a ter um papel importante no processo restaurativo, conjuntamente com a vítima. A ele é intitulada a responsabilidade pelo ato lesivo e a obrigação de reparação pelo dano causado. Isso não quer dizer que o infrator, por ter caráter essencial na Justiça Restaurativa, deixará de ser responsabilizado pelos seus atos.

O que se difere é a forma como a vítima e o infrator, ambos atuando ativamente e diretamente, irão decidir para que o ato lesivo seja reparado da melhor forma e para que não surte mais efeitos negativos nas partes.

Ademais, quando o infrator presencia a vítima e a sociedade expondo as consequências que seu ato gerou na vida delas, ocorre uma sensibilização em decorrência dos traumas sofridos,

³⁵ AGUINSKY, Beatriz Gershenson *et al.* A introdução das práticas da justiça restaurativa no sistema de justiça e nas políticas da infância e da juventude e Porto Alegre: notas de um estudo longitudinal no monitoramento e avaliação do projeto justiça para o século 21. In: BRANCHER, Leoberto; SILVA, Susiâni (orgs.). **Justiça para o Século 21** : instituindo práticas restaurativas. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 26.

³⁶ GROS, Frédéric. Punir é transformar um sofrimento em infelicidade. In: GARAPON, Antoine, *et al.* **Punir em democracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. p. 109.

e isso contribui significativamente para a decisão que as partes tomarão ao chegarem a um acordo.

O fato de algo ser acordado, do infrator poder participar ativamente na tomada das decisões proporciona um sentimento de que a restauração foi alcançada e as consequências do delito foram amenizadas ao conseguir suprir as necessidades da vítima e da sociedade.

Resta claro que, após perceber os reais efeitos causados pela prática de seu ato, ter a chance de se expressar e também a de reparar o dano às partes, a ressocialização do infrator se torna um caminho muito mais simples, pois a manifestação por parte da vítima e da sociedade reflete a ideia de que ele poderá ser aceito novamente no meio que se insere.

um modo mais aberto e satisfatório para reparar danos e solucionar conflitos e reduzir os papéis profissionais na justiça criminal, buscando menos intervenções do sistema e **mais intervenções da comunidade**.³⁷ (grifo nosso)

Com isso, pode-se perceber que a participação da comunidade é, também, de grande importância para que se obtenha êxito na aplicação da prática. A justiça restaurativa reúne todas as pessoas da comunidade para que, juntas, possam pensar a partir de suas diferentes visões de mundo em caminhos que sejam bons para todos e que não excluam ninguém.

Essa comunidade seria qualquer pessoa que tenha interesse na participação da prática restaurativa, incluindo a família das partes (vítima e ofensor), como também as testemunhas.

O papel da sociedade no processo restaurativo é de extrema importância para o infrator, pois é capaz de mostrar que, mesmo depois do delito praticado, ela estará apta a recebê-lo de volta, depois de feita a reparação do dano.

É na sociedade que o infrator buscará novas oportunidades para se restabelecer e mudar de vida. Por isso, restaurar esse vínculo é de suma relevância para o crescimento do infrator como cidadão. Ademais, conforme já citado, isso influenciará significativamente no seu processo de ressocialização. É importante frisar que as consequências do delito praticado não atingem apenas à(s) vítima(s), mas também a sociedade como um todo.

Outro ponto que merece destaque é que a figura do juiz é deixada de lado, pois a solução do conflito, conforme exposto, cabe única e exclusivamente aos envolvidos. Porém, o diferencial na Justiça Restaurativa é a presença de um facilitador, caso as partes concordem.

³⁷ BAZEMORE, G.; WALGRAVE, L. (eds.). **Restorative juvenile justice: repairing the harm of youth crime**. Nova York: Willow Tree Press, 1999.

Os facilitadores têm a finalidade de coordenar e organizar o diálogo entre os três integrantes do processo restaurativo. Irá garantir que todas as partes se expressem e que sejam ouvidas, como também que a vítima tenha seu dano reparado. Geralmente, os Tribunais de Justiça fornecem uma capacitação para que se atue como facilitador no processo restaurativo.

Convém destacar que o facilitador não atua apenas até estabelecer um acordo. Cabe a ele verificar se o acordo vem sendo cumprido corretamente, se as partes estão satisfeitas e se há algo que poderia melhorar. Ou seja, o facilitador atua, também, no pós acordo, estando disponível para sanar eventuais conflitos que possam surgir.

A vítima e o infrator são postos frente a frente, na maioria das vezes, a fim de acertar um acordo para que formulem juízos sancionatórios conjuntos. De acordo com a Resolução 2002/12 da Organização das Nações Unidas (ONU):

Percebendo que essa abordagem propicia uma oportunidade para as vítimas obterem reparação, se sentirem mais seguras e poderem superar o problema, permite os ofensores compreenderem as causas e conseqüências de seu comportamento e assumir responsabilidade de forma efetiva, bem assim possibilita à comunidade a compreensão das causas subjacentes do crime, para se promover o bem estar comunitário e a prevenção da criminalidade.³⁸

Pode-se perceber que não é apenas a vítima que se beneficia ao ter seu dano reparado, mas também o ofensor, ao assimilar as conseqüências de sua conduta para assim assumir suas responsabilidades e obrigações. Ademais, como consequência disso, a sociedade estará se beneficiando ao difundir a paz social, objetivo maior a se alcançar.

Um sistema de justiça penal que simplesmente pune os transgressores e desconsidera as vítimas não leva em consideração as necessidades emocionais e sociais daqueles afetados por um crime. Em um mundo onde as pessoas sentem-se cada vez mais alienadas, a justiça restaurativa procura restaurar sentimentos e relacionamentos positivos. **O sistema de justiça restaurativa tem como objetivo não apenas reduzir a criminalidade, mas também o impacto dos crimes sobre os cidadãos. A capacidade da justiça restaurativa de preencher essas necessidades emocionais e de relacionamento é o ponto chave para a obtenção e manutenção de uma sociedade civil saudável.**³⁹ (grifo nosso)

³⁸ BRASIL. Conselho Econômico e Social da ONU. **Resolução nº 2002/12 de 24 de julho de 2002**. Princípios básicos para a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Disponível em: <http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/traducaodaresolverolucaodaonusobrejusticarestaurativa.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

³⁹ MCCOLD, Paul; WACHTEL, Ted. **Em busca de um paradigma: uma teoria de justiça restaurativa**. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CRIMINOLOGIA, 13. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.iirp.org/library/paradigm_port.html. Acesso em: 10 out. 2019.

Vale ressaltar que a vítima, no sistema tradicional, não obtém o real sentimento de reparação pelo que sofreu por ver o infrator cumprindo pena privativa de liberdade. Além de que, conforme exposto no capítulo "sistema penitenciário brasileiro", não é eficaz e suficiente para garantir a função da pena.

Porém, a forma como os danos sofridos são tratados na Justiça Restaurativa, dando o máximo de atenção e suporte às vítimas, enseja um sentimento de superação e reparação muito maior do que na Justiça Comum.

4.2 Necessidade de mudança de paradigmas de convivência social

Conforme abordado nos capítulos 1 e 2 do presente trabalho, resta claro que a sociedade está introduzida em um contexto cultural de aprisionamento em massa e revestida de um pensamento altamente repressivo. Trata-se de uma sociedade inserida em uma estrutura social de convivência baseada na lógica cartesiana mecanicista. Descartes compara o homem com uma máquina:

Suponho que o corpo não é senão uma estátua ou máquina... Todas as funções que atribuo a essa máquina... seguem-se naturalmente da pura disposição de seus órgãos, da mesma forma como ocorre... com os movimentos de um relógio.⁴⁰

Ou seja, não só o homem, como também, as relações sociais e interpessoais estão cedendo lugar para uma sociedade mecanizada. Exemplo disso tem-se a vontade atrelada ao homem de querer ver o infrator do delito sempre pagar pelo mal feito. Ademais, as pessoas não desenvolvem empatia pelo próximo, como se pode perceber analisando o papel que a vítima detém no processo comum, o qual a deixa de lado e suas necessidades não são supridas.

A atual estrutura social de convivência é caracterizada por ser burocrática, rígida e permanente. Nota-se que os relacionamentos são pautados na existência de uma autoridade e em alguém para obedecer. A solução dos conflitos se dá por meio de repressão, adversidade, oposição e arbitramento. Além de que, a estrutura é considerada verticalizada, na qual se pauta em uma luta pelo poder.

Essa estrutura na qual estamos inseridos está pautada nas diretrizes do individualismo, utilitarismo, consumismo, exclusão e etc, implicando em uma ordem hierárquica: ordem de dominação de um sobre os outros.

⁴⁰ DESCARTES, R. **O mundo ou tratado da luz e o homem**. Campinas: Unicamp, 2009.

Tem-se uma estrutura social que implica a lógica da competição, tendo a guerra como base. Não é à toa que, hoje em dia, as pessoas se veem como opositores e inimigos. E em decorrência disso, temos uma vida guiada por competição.

A Justiça Restaurativa traz, como objetivo principal, a **mudança dos paradigmas de convívio entre as pessoas**, para construir uma sociedade em que cada qual se sinta **igualmente responsável pelas mudanças** e pela **paz**, ou seja, instituindo a ideia da **corresponsabilidade** e de um poder com o outro, de forma a deixar de lado esse poder sobre o outro, que é causa de tanta insatisfação e, por conseguinte, de violência.⁴¹ (grifo nosso)

Ou seja, a Justiça Restaurativa se insere com o intuito de mudar essa dominação de poder sobre o outro para criar um ambiente em que o autor do ato delitivo será responsabilizado, assim como todos os outros que tiveram influência nisso. Assim, instaura-se a corresponsabilidade, a divisão da responsabilidade entre duas ou mais pessoas envolvidas. O poder sobre o outro se torna o poder com o outro.

Estamos diante de uma estrutura de convivência social que impõe violências, não só físicas e psíquicas, mas acima de tudo uma violência estrutural. Ou seja, priva pessoas ao acesso a serviços e recursos que, em tese, deveriam estar disponíveis para todos.

Ademais, ocorrem as violências culturais, privar e impor outras formas de violência por conta de sua origem social, origem territorial, raça, opção de gênero, opção sexual, etc.

A lógica da estrutura social de convivência está também nas nossas instituições, como nas escolas e no sistema de justiça. E, nestas, também é totalmente possível perceber a perpetuação dessa mesma lógica, uma lógica hierárquica, punitiva e excludente. Conforme exposto acima nos capítulos 1 e 2, nosso sistema de justiça acredita que a base da convivência está na imposição, no controle pelo medo. As pessoas que nela convivem detêm um sentimento de não pertencimento, de exclusão, o que torna a estrutura cada vez mais sufocante.

Neste cenário de competição, surge uma necessidade de transformação de paradigmas, uma mudança na forma de ver o mundo. Deixa-se para trás essa lógica cartesiana mecanicista para entrarmos em uma lógica focada nas relações humanas, no respeito ao homem.

O sistema já passa por essa situação degradante há muitos anos, porém a cada dia vem se acentuando. É inegável que a população almeja uma mudança. Mas esta não deve ser dada apenas externamente, como também internamente. É necessária uma transformação de

⁴¹ SALMASO, Marcelo Nalesso. Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz. In CRUZ, Fabrício Bittencourt da. (coord.). **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225**. Brasília: CNJ, 2016.

pensamentos, uma transformação de paradigmas para que o infrator seja visto de outro modo e para que a função preventiva e ressocializadora da pena sejam cumpridas de forma eficiente.

Cabe ressaltar que essa mudança de concepção não é uma tarefa fácil, haja vista o pensamento com caráter retributivo estar enraizado em nossa sociedade. Colocar duas pessoas frente a frente para que, juntas, entrem em consenso a fim de resolver algo que trouxe malefícios para uma das partes, não é de fácil aceitação, tampouco de fácil adaptação. Porém, a Justiça Restaurativa traz os elementos necessários para que esse modo de pensar seja transformado e que todas as partes saiam satisfeitas.

É nesse contexto que a Justiça Restaurativa se enquadra. Torna-se essencial:

manter o entendimento da Justiça Restaurativa, não como uma técnica de solução de conflito, mas como uma verdadeira **mudança dos paradigmas de convivência** [...] de forma a envolver **todos os integrantes da sociedade como sujeitos protagonistas da transformação rumo a uma sociedade mais justa e humana.** ⁴² (grifo nosso)

Ou seja, a Justiça Restaurativa é muito mais que uma técnica de resolução de conflitos, mas um convite para a mudança de paradigmas de convivência social. Esse convite é para que a sociedade repense essa lógica de competição, de dominação e passe a construir uma lógica de compreensão, de atendimento de necessidades, de construção de responsabilidades individuais e coletivas, uma lógica de cooperação.

Assim, a Justiça Restaurativa traz uma verdadeira **mudança de paradigma, daquele retributivo (punitivo) para o restaurativo**, pois, tomando como foco central os danos e consequentes necessidades, tanto da vítima como também do ofensor e da comunidade, trata das obrigações decorrentes desses prejuízos de ordem material e moral. Para tanto, vale-se de procedimentos inclusivos e cooperativos, nos quais serão envolvidos todos aqueles direta ou indiretamente atingidos, tudo de forma a corrigir os caminhos que nasceram errados. ⁴³ (grifo nosso)

A Justiça Restaurativa é uma das possibilidades de resposta para a esperança de uma pacificação social que é desejada há muitos anos.

Foram citados vários problemas que a sociedade enfrenta, como a superlotação dos presídios, a ineficiência do sistema e o modo como a sociedade o enxerga. Todos estes

⁴² SALMASO, Marcelo Nalesso. Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz. In CRUZ, Fabrício Bittencourt da. (coord.). **Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225**. Brasília: CNJ, 2016.

⁴³ ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

problemas indicam a necessidade de reconsiderar a visão distorcida sobre o crime e o atual modelo de justiça para implementar uma nova visão, uma visão restaurativa.

Da mesma forma, **a lente que usamos ao examinar o crime e a justiça afeta aquilo que escolhemos como variáveis relevantes**, nossa avaliação de sua importância relativa e nosso entendimento do que seja um resultado adequado. **Nós vemos o crime através da lente retributiva.** O processo penal, valendo-se desta lente, não consegue atender a muitas das necessidades da vítima e do ofensor. O processo negligencia as vítimas enquanto fracassa no intento declarado de responsabilizar os ofensores e coibir o crime.⁴⁴ (grifo nosso)

Isto é, trata-se de uma questão cultural enxergar o crime, a pena e o infrator na visão restaurativa. Isso não ocorre, pois os seres humanos não foram ensinados a agir assim. E, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, o modo como o sistema penal funciona não é capaz e suficiente para suprir as necessidades das partes. Logo, é preciso adotar uma nova vertente, a vertente restaurativa. Para que isso ocorra, a questão cultural deve ser modificada. Porém, essa modificação leva um certo tempo. Com a implementação de forma mais rígida da Justiça Restaurativa, o homem terá mais contato e, assim, mais conhecimento sobre as práticas e os benefícios que elas carregam, fazendo com que o modo de pensar e agir sejam transformados.

4.3 Justiça Restaurativa como meio de diminuição da superlotação carcerária

Depreende-se dos tópicos anteriores que a Justiça Restaurativa tem o poder de retomar a confiança que a vítima deposita na justiça. Essa confiança advém da oportunidade que as partes têm de conversar sobre o delito, da possibilidade de reparação dos danos (materiais e emocionais), de devolução dos objetos, bem como de um pedido de desculpas (que, muitas vezes, pode ser suficiente para a vítima).

A Justiça Restaurativa pode ser inserida quando qualquer atitude provocada causar impacto na vida da vítima, podendo ser resolvido pelo diálogo. O ato, não necessariamente precisa ser uma violação de lei.

Por mais que o sistema penal utilizado atualmente seja ineficiente para cumprir com a função da pena, o que se defende no presente trabalho não é a extinção desse sistema e a adoção única e exclusiva da Justiça Restaurativa para a solução de todos os crimes presentes no

⁴⁴ ZEHR, Howard. **Trocando as lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008. p.168.

ordenamento jurídico. O que se defende é a junção desses dois sistemas a fim de que delitos passíveis de solução pela prática restaurativa sejam por ela resolvidos e os que não forem possíveis implantar a prática, sejam resolvidos pela justiça comum.

Utilizar a Justiça Restaurativa com mais frequência e com a implementação dada de forma mais rígida pelo Judiciário, assim como transformar o pensamento das pessoas a fim de que sejam mais receptivas em relação à prática, é uma possibilidade de resolver um dos problemas tratados no capítulo 2, a superlotação carcerária.

De acordo com o mais recente BNMP 2.0 (agosto de 2018)⁴⁵, já citado no capítulo “sistema penitenciário brasileiro”, o perfil do preso brasileiro se resume a 53,91% dos presos inseridos na faixa etária de 18 a 29 anos de idade, 54,96% são classificados como pretos ou pardos e 52,27% possuem escolaridade fundamental completo.

Com o mesmo objetivo, tendo-se como base os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (junho de 2017)⁴⁶, o perfil da população prisional se caracteriza por 54,06% dos presos possuem entre 18 a 29 anos de idade, 63,6% da população carcerária se classificam como pretos e pardos e 51,3% possuem escolaridade fundamental incompleto.

Logo, pode-se concluir que as pessoas que estão inseridas no sistema prisional brasileiro detém um estereótipo em comum: jovens, pretos/pardos, com grau de escolaridade baixo e baixa renda.

Outros dados constatados foram em relação aos crimes mais cometidos pelas pessoas encarceradas. Verificou-se que 234.866⁴⁷ pessoas cometeram crimes contra o patrimônio,

⁴⁵ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴⁶ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁴⁷ Esse número é o somatório dos crimes de furto simples, furto qualificado, roubo simples, roubo qualificado, latrocínio, extorsão, extorsão mediante sequestro, apropriação indébita, apropriação indébita previdenciária, estelionato, receptação, receptação qualificada e outros (não listados acima entre os artigos 156 a 179 do Código Penal. BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

incluindo homens e mulheres e 156.749 ⁴⁸ pessoas cometeram crimes relacionados às drogas (Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06).

Avaliando os dados do BNMP 2.0 (agosto de 2018), constatou-se que os tipos penais mais recorrentes são o crime de roubo (27,58%), crime de tráfico de drogas (24,74%), crime de homicídio (11,27%) e crimes de furto (8,63%)⁴⁹.

A partir da coletânea de dados fornecidos pelo Infopen e pelo BNMP, conclui-se que os crimes mais cometidos são crimes contra o patrimônio e crimes de tráfico de drogas.

De acordo com o capítulo "Sistema Penitenciário Brasileiro", o Brasil passa por um déficit em relação ao número de vagas nos presídios e a quantidade de pessoas encarceradas. Tendo como base os dados do Infopen, o Brasil detém um déficit de 303.112 mil vagas⁵⁰ e taxa de ocupação de 171,62%. Isso demonstra claramente a superlotação carcerária que perpassa o país.

A superlotação gera efeitos indesejáveis para aqueles que estão inseridos no sistema, para a população, como também para o Estado⁵¹. Além de que, conforme demonstrado anteriormente, viola significativamente regras constitucionais.

Cabe ressaltar que manter um cidadão no cárcere brasileiro viola o princípio constitucional da dignidade humana, como também os direitos humanos. Tal fato já foi reconhecido pelo Judiciário por meio da ADPF nº 347⁵². Restou demonstrada violação massiva aos direitos fundamentais em decorrência de diversos motivos, dentre eles, falhas nas estruturas prisionais e superlotação carcerária.

Ao preso é assegurado o respeito à integridade física e moral, nos moldes do artigo 5º, inciso XLIX da Carta Magna, como também o fato de que o preso não poderá ser submetido a

⁴⁸ Esse número é o somatório dos crimes de tráfico de drogas (artigo 12 da Lei 6.368/76 e artigo 33 da Lei 11.343/06), associação para o tráfico (artigo 14 da Lei 6.368/76 e artigo 35 da Lei 11.343/06) e tráfico internacional de drogas (artigo 18 da Lei 6.368/76 e artigo 33 e 40, inciso I da Lei 11.343/06).

⁴⁹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵⁰ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵¹ O custo para manter um preso no sistema penitenciário federal é de, em média, mais de 4,5 mil reais e no sistema penitenciário estadual é mais de 1,5 mil reais, de acordo com o Ministério da Segurança Pública.

⁵² BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347**. Acórdão da Medida Cautelar. Brasília, Rel. Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 10 out. 2019.

tortura e tratamento desumano ou degradante, em seu inciso III. Ademais, a LEP⁵³ elenca, em seu artigo 11, o dever do Estado em prestar assistência ao preso em diversos âmbitos.

O que ocorre é a violações de todas essas regras e princípios. A realidade é que o sistema está diante de um caos. As pessoas estão sendo tratadas como animais e submetidas a condições degradantes, insalubres e desumanas. Se torna inviável continuar encarcerando massivamente dessa maneira.

Além da ADPF para comprovar a situação em que o país se encontra, a Corte Interamericana de Direitos Humanos manifestou profunda preocupação com a violação aos direitos humanos presente dentro dos presídios brasileiros. Ademais, em relatório⁵⁴ foi atestado que o presídio de Jorge Santanna (Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro) caracteriza-se por se encontrar nas piores condições em toda a América.

Diversas são as prisões brasileiras que propiciam um ambiente regado de violência, crueldade, proliferação de doenças e insalubridade. Portanto, estado que merece apontamento e que está sendo referência ao que tange às deploráveis condições dos cárceres é o Pará. Os presídios foram comparados à campos de concentração.

Informações acerca dos presídios do Pará⁵⁵ é a ocorrência constante de casos de tortura, como perfuração de pés e empalamento. Relatos de que os presos são proibidos de se alimentar, beber água, receber visitas. As celas estão repletas de fezes e urinas. Tiro de bala de borracha e spray de pimenta são práticas contumazes para controlar os detentos. A situação é tão drástica que 13 (treze) presídios do Pará estão, até o presente momento, sob intervenção penitenciária.

O fato do estado do Pará estar sob uma situação crítica reflete também nos dados compilados no BNMP 2.0⁵⁶ de agosto de 2018. Pode-se perceber que entre o período de outubro de 2017 a agosto de 2018, o Pará foi o estado que mais teve quantidade de presos que faleceram dentro do sistema carcerário, com um total de 30 mortes. Sem dúvidas, isso é reflexo da situação degradante a qual se encontram, sendo a superlotação carcerária uma agravante para o caso.

⁵³ BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Lei de execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵⁴ BOECKEL, C. Presídio do RJ é um dos piores de toda a América, diz comissão de direitos humanos. **G1 Rio**. 12 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/12/presidio-do-rj-e-um-dos-piores-de-toda-a-america-diz-comissao-de-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵⁵ CERIONI, C. "É campo de concentração": o escândalo de tortura em presídios no Pará. **Exame, Abril**. 9 out. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/e-campo-de-concentracao-o-escandalo-de-tortura-em-presidios-no-para/>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵⁶ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 2.0:** Cadastro Nacional de Presos. Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

Dados fornecidos pelo Infopen (junho/2017)⁵⁷ é capaz de mostrar que, em todas as Unidades da Federação a taxa de ocupação no sistema prisional ultrapassa os 100%. Tendo uma taxa de, aproximadamente, 267% de ocupação se encontra o estado do Pará, 260% o estado de Pernambuco e 230% o estado do Acre. As menores taxas são as dos Estados de Santa Catarina com 108% de ocupação, seguida do estado do Rio Grande do Norte com 135%.

Logo, a superlotação carcerária está presente em todas as Unidades da Federação, sendo esta um problema nacional. Diante disso, mudanças são necessárias a fim de que o problema seja amenizado.

Tem-se um problema crítico em relação à estrutura do sistema prisional, devido ao fato de não conseguir abarcar a todos. Conforme exposto, o sistema possui vagas para, aproximadamente, $\frac{1}{3}$ (um terço) das pessoas que estão presas.

Por isso, medidas devem ser tomadas para que pessoas não continuem sendo abarrotadas nos presídios, sendo inseridas numa instituição totalmente falida, ineficiente e contrária aos princípios da dignidade humana e da humanidade da pena.

Cabe ainda destacar que, no Brasil, se prende massivamente, mas não da maneira correta. Diante do problema da superlotação, é preciso que os crimes passíveis de outras soluções distintas da prisão sejam a eles empregados medidas alternativas. E diante crimes mais graves, de alto potencial ofensivo, sejam punidos de modo mais severo. Alexandre de Moraes se manifestou:

O Brasil, historicamente, **prende muito, mas prende mal**. O Brasil prende quantitativamente, mas não prende qualitativamente. A mesma pessoa que pula um muro para furtar um botijão de gás, ela vai para a cadeia, é pena privativa de liberdade. E alguém que, com um fuzil, rouba uma pessoa, dá tiro, e tem uma periculosidade muito maior, também tem pena privativa de liberdade.⁵⁸ (grifo nosso)

Ou seja, diante da situação a qual o Brasil se insere, é preciso que haja uma certa proporcionalidade em relação a quem se deve prender. É preciso haver mais qualidade do que quantidade.

⁵⁷ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁵⁸ GARCIA, G. 'Brasil, historicamente, prende muito, mas prende mal', diz ministro. **G1 Brasília**. 18 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/brasil-historicamente-prende-muito-mas-prende-mal-diz-ministro.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

Ficou demonstrado que um dos crimes mais cometidos são os crimes contra o patrimônio. O Infopen⁵⁹ (Junho/2017) traz a informação de que 29.737 pessoas (incluindo homens e mulheres) estão presas por ter cometido o crime de furto simples. Seria mesmo necessário aplicar a pena privativa de liberdade para essas pessoas, sendo possível aplicar métodos muito mais eficazes e que trazem mais benefícios para as partes envolvidas no delito?

É nesse contexto que a Justiça Restaurativa, com seu viés em busca da pacificação social, pode ser inserida. Existem certos crimes que, com a devida aplicação dos princípios e fundamentos da prática restaurativa, podem ser resolvidos sem que se imponha uma pena privativa de liberdade, evitando que o infrator se submeta a condições desumanas que violam direitos inerentes a ele.

Possibilidade de introduzir a Justiça Restaurativa para agir em crimes de médio potencial ofensivo, como os crimes de furto e roubo (sendo um dos crimes mais recorrentes no Brasil), até mesmo para os reincidentes, amenizaria o problema da superlotação.

Utilizar a Justiça Restaurativa de modo mais eficiente e rígido é uma possibilidade de minorar esse problema. Não é justo uma pessoa se submeter à pena privativa de liberdade se o dano causado pelo seu delito foi reparado, como também existe a possibilidade de cumprir pelo mal que causou de uma forma mais digna e respeitando os seus direitos.

É realidade no sistema brasileiro a prisão de pessoas pelo cometimento de delitos que não deveriam ser punidos mediante pena privativa de liberdade, ofendendo, assim, o Princípio da Proporcionalidade.

Como exemplo, temos decisão⁶⁰ recente em que o ministro Dias Toffoli negou a concessão de um *Habeas Corpus* à um morador de rua que furtou uma bermuda avaliada em R\$10,00 (dez reais), haja vista que o objeto foi restituído em seu pleno estado. O HC não foi concedido em razão do infrator se tratar de um reincidente em crimes contra o patrimônio e, de acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, a reincidência afasta a aplicação do

⁵⁹ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁶⁰ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.921- MG**. Paciente: Evanildo José. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 01 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/toffoli-nega-hc-reu-furto-bermuda.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

Princípio da Insignificância. Logo, ao autor foi imputada pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime fechado.

Resta claro a desproporcionalidade presente no caso narrado. O delito, por mais que tenha sua tipificação legal, não provocou nenhuma lesividade ou dano relevante que ensejasse uma pena privativa de liberdade. Esse seria um exemplo ao qual deveria ser afastada a justiça comum e aplicada a Justiça Restaurativa.

A Justiça Restaurativa, dotada com seus princípios e valores, deveria ser aplicada no caso concreto citado acima. Diversos são os métodos utilizados para alcançar o resultado pretendido da Justiça Restaurativa. Dentre eles, a pergunta restaurativa, o círculo de paz (*Peacemaking Circles*), o círculo restaurativo, a reunião restaurativa, a declaração afetiva, a conferência familiar (circular narrativa), mediação transformativa, círculos decisórios (*sentencing circles*), mediação vítima-ofensor (*Victim Offender Mediation*), a restituição (*restitution*), conferência (*conferencing*), etc.

Como a aplicação da Justiça Restaurativa deve ser consensual entre as partes, a depender do crime envolvido, é oferecida uma prática que melhor se insere ao caso.

A Justiça Restaurativa deve ser usada nos crimes contra o patrimônio, mesmo se o infrator se tratar de um reincidente. Encarcerar o infrator não irá evitar o cometimento de crimes posteriores e sim, fazer com que ele se torne cada vez mais revoltado com o sistema e uma pessoa pior dentro do cárcere, sendo bem mais provável, assim, que cometa outros futuros delitos.

A Justiça Restaurativa é uma opção por possuir valores e princípios que, grande parte dos casos, alcança uma transformação no indivíduo infrator, evitando que se cometa novos crimes e alcançando a almejada ressocialização.

A prática restaurativa pode ser inserida até mesmo nos crimes com violência ou grave ameaça, como nos crimes de roubo. Caso concreto ocorrido em Caxias do Sul⁶¹ (Rio Grande do Sul), envolvendo três adolescentes que roubaram um malote com quinze mil reais de um restaurante. Foram realizadas as práticas do círculo restaurativo envolvendo os três infratores, os familiares e o dono do restaurante (vítima). A eles foram imputados a liberdade assistida e o

⁶¹ PEREIRA, L. Justiça Restaurativa: uma solução para a superlotação das cadeias? **Projeto Colabora**, 13 out. 2017. Disponível em: <https://projetcokolabora.com.br/ods1/justica-restaurativa/>. Acesso em: 10 out. 2019.

dever de restituir a vítima com o valor roubado. Um dos jovens envolvidos afirmou que a Justiça Restaurativa transformou a maneira de pensar e que, sem ela, poderia estar morto.

Com o procedimento da Justiça Restaurativa, o infrator tem a possibilidade de participar ativamente no processo e cabe a ele se responsabilizar pelo ato lesivo, como também reparar o dano causado à vítima. Além de que, o empoderamento proporcionado ao infrator e o respeito à sua dignidade contribui para a almejada mudança de paradigmas (do retributivo para o restaurativo).

Porém, a aplicação da Justiça Restaurativa não deve se restringir apenas aos crimes contra o patrimônio. A Justiça Restaurativa deve ser aplicada aos delitos de médio potencial ofensivo para que haja uma possível diminuição da superlotação carcerária.

Em consonância com o tema, vale destacar que os Juizados Especiais Cíveis (JEC) e Criminais (JECrim) realizam prática que se assemelha às práticas restaurativas por meio das audiências de conciliação em relação aos crimes de menor potencial ofensivo.

A Lei 9.099/1995 trouxe como inovação a possibilidade de se realizar audiências de conciliação a fim de que seja feito um acordo entre as partes, por meio da participação de um conciliador (pessoa preparada para instruir as partes) ou até mesmo do juiz. Caso ocorra um acordo, o processo se extingue. Ademais, a lei trouxe medidas alternativas de cumprimento de pena. Ou seja, outras medidas poderiam ser aplicadas ao invés das penas restritivas de liberdade para os crimes de menor potencial ofensivo (aqueles em que a pena máxima não ultrapassa dois anos).

O objetivo dessas audiências está em conformidade com os das práticas restaurativas, quais sejam o de buscar outras formas de cumprimento de pena diversos da privativa de liberdade.

a natureza consensual da Lei 9.099/95 enseja e recomenda, implicitamente, o uso do modelo restaurativo ao prever a realização na fase preliminar (arts. 73 e 74), de audiência que poderá ser conduzida por conciliador (terceira pessoa), mediante orientação do juiz. A realização desta audiência conciliatória, entre os principais envolvidos (vítima e autor do fato), objetiva a realização de um acordo civil, com vistas à composição financeira de eventuais prejuízos decorrentes da prática do ilícito penal.⁶²

⁶² JESUS, Joalice Maria Guimarães de. **Justiça Restaurativa aplicada ao Juizado Especial Criminal**: em busca do modelo ideal. 2014. 264 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. p. 82.

Logo, para os crimes de menor potencial ofensivo tem-se mostrado eficiente a atuação desses Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Porém, restringir apenas aos crimes em que a pena máxima não ultrapassa dois anos não gera um efeito significativo em relação à diminuição da população carcerária.

Em razão disso, a Justiça Restaurativa deve atuar nos de médio potencial ofensivo, ou seja, naqueles crimes que são de competência da Justiça Comum, mas que obtém a possibilidade de aplicação da suspensão condicional do processo.

Com fundamento nos dados fornecidos pelo Infopen (Junho/2017), havia, naquela época, um total de 136.149⁶³ pessoas detidas em razão do tráfico de drogas. Quantidade expressiva haja vista que a quantidade de incidência por tipo penal totalizava em 520.251. Em relação aos dados do BNMP (agosto/2018), o tráfico de drogas é o segundo tipo penal mais recorrente imputado às pessoas privadas de liberdade, com um percentual de 24,74%⁶⁴.

Com o advento da Lei 11.343/06, foi inserido um caráter restaurativo em relação aos usuários de drogas ao retirar a imputação de pena privativa de liberdade e implantar medidas alternativas à pena, se aproximando dos parâmetros da Justiça Restaurativa ao almejar, com isso, a pacificação social. Essa mudança trouxe uma punição mais rigorosa ao traficante de drogas e ao financiador do tráfico.

O que se esperava era uma diminuição na quantidade de pessoas privadas de liberdade em relação ao tráfico de drogas que, na época, já era recorrente. Contudo o número continua crescendo, até os dias atuais.

A nova lei gerou a difícil tarefa de distinguir quem seria o traficante e o usuário de drogas. Distinção essencial, pois a este último não seria introduzida a pena privativa de liberdade.

A lei deu margem a muitos subjetivismos, como de que forma se pode distinguir usuário de traficante. Os oito critérios atualmente usados para se fazer a distinção dão margem para uma série de interpretações que dependem

⁶³ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

⁶⁴ Esse total equivale a 97,21% do total de tipificações penais, sendo que 2,79% das tipificações penais não foram listadas na tabela. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

unicamente do delegado e do juiz – e isso é um erro a ser corrigido com urgência.⁶⁵

É muito comum a existência de traficantes que também são usuários, logo, em qual tipificação deveria se encaixar? Este indivíduo merecia cumprir uma pena alternativa à prisão por ser, também, usuário? A Lei dispõe que cabe ao juiz decidir se a droga era ou não para consumo pessoal, nos moldes do art. 28, §2º da Lei 11.343/06.

Caso recorrente é a aplicação das penas privativas de liberdade para traficantes que portam, consigo, uma quantidade mínima de drogas. Será mesmo proporcional encarcerá-los e submetê-los a condições degradantes? Como a Justiça Restaurativa poderia se inserir nisso?

Aplicando práticas restaurativas nos crimes de tráfico de drogas, a depender do caso concreto, é uma outra possibilidade de diminuição da população carcerária, tendo em vista ser o segundo crime pelos quais as pessoas privadas de liberdade foram condenadas ou aguardam julgamento.

Ao invés da Justiça Comum se preocupar com os grandes traficantes, responsáveis até mesmo por distribuir a mercadoria ilícita para os micro traficantes (os que portam consigo uma pequena quantidade), estão prendendo cada vez mais os pequenos. Em suma, dá-se mais atenção para apreender aqueles que se encontram na base, do que aqueles pertencentes ao topo, ou seja, aqueles com grande quantidade, responsáveis por distribuir aos demais.

E isso justifica, mais uma vez, a afirmação de que o Brasil preocupa-se com a punição em quantidade, ao invés da qualidade. Consequentemente, intensifica-se cada vez mais o crescimento da população carcerária.

Conforme o exposto, nota-se que estamos diante de um caos em razão de tratar os infratores como animais ao impor penas privativas de liberdade e inseri-los em presídios degradantes e desumanos, violando diversos direitos essenciais para se ter uma vida digna.

Foi proposta uma possibilidade para minorar esse problema em que o Brasil se insere, utilizando a Justiça Restaurativa nos crimes de médio potencial ofensivo, como os crimes de furto, de roubo, como também nos crimes de tráfico de drogas. Implantar a Justiça Restaurativa

⁶⁵ SHALOM, D. 67,7% dos presos por tráfico de maconha tinham menos de 100 gramas da droga. **IG São Paulo**, 23 set. 2014. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/2014-09-23/677-dos-presos-por-trafico-de-maconha-tinham-menos-de-100-gramas-da-droga.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

nesses tipos de crimes causaria uma mudança significativa, haja vista serem os delitos mais cometidos pelas pessoas encarceradas.

Porém, a Justiça Restaurativa não obtém o êxito esperado, em razão da forma como a sociedade lida com isso. As pessoas costumam não acreditar nesse tipo de solução, tampouco na resolução de conflitos por meio do diálogo. Em razão disso, o Judiciário deve implementá-la de forma mais rígida e dura, expandindo essa ideia de restauração. Para os crimes passíveis de resolução por meio das práticas restaurativas, que seja, ao menos, a tentativa de resolução obrigatória. Caso não haja acordo, que seja encaminhado para a Justiça Comum.

Por fim, vale ressaltar que não se busca a extinção do sistema penal atual, e sim uma reestruturação, a fim de que seja respeitada a dignidade do cidadão infrator, assim como a busca pela pacificação social. Logo, os dois sistemas devem existir harmonicamente desde que haja o respeito aos seres humanos. Conclui-se que grande parte das pessoas presas poderia cumprir sua pena de modo mais eficiente e com muito mais qualidade, com a implementação da Justiça Restaurativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente monografia possibilitou entender o instituto da Justiça Restaurativa, seu funcionamento e sua possível utilização como forma de diminuição da superlotação carcerária. Ademais, trouxe uma visão do sistema prisional brasileiro, apresentando as consequências da preponderância da Teoria Retribucionista da pena.

No primeiro capítulo, foram apresentadas as três teorias criadas com o fim de explicar o intuito da pena. Foram citadas as Teorias Retribucionista, Preventiva e Mista, teoria esta adotada no Brasil. Ademais, restou demonstrada a prevalência da Teoria Retribucionista no ordenamento jurídico brasileiro e suas consequências, perdendo-se, assim, a essência da dupla finalidade que a pena deveria ter.

Em seguida, no segundo capítulo foram destacados os reflexos gerados pelo cumprimento inadequado da Teoria Mista que reflete significativamente em relação à situação em que se encontram os cárceres. Diante das violações citadas ao texto constitucional, à Lei de Execução Penal e aos direitos humanos, restou claro que os presídios são locais inabitáveis, insalubres e degradantes. Foi utilizado também, como argumento, a ADPF nº 347 que reconheceu que o sistema carcerário deve ser caracterizado como "estado de coisas inconstitucional".

Além disso, mostrou-se que a quantidade de presos vem crescendo de modo descontrolado, fazendo com que os problemas citados sejam agravados com o tempo. Ficou registrado um total de mais de 800 mil pessoas inseridas no sistema. Fato preocupante, haja vista o Brasil possuir a terceira maior população carcerária do mundo. Logo, fica constatado que a pena privativa de liberdade da forma como é utilizada não surte efeitos satisfatórios.

O terceiro capítulo explica como funciona a Justiça Restaurativa, demonstra ser eficiente em razão dos valores e princípios inerentes a ela, como também a coloca como um possível caminho a ser seguido para que se amenize e diminua a superlotação carcerária, problema este presente em todas as unidades da Federação.

A Justiça Restaurativa vem para quebrar as barreiras e paradigmas pré-existentes e que estão atrelados à sociedade desde muito tempo. Apresenta um novo modo de enxergar o delito, proporcionando à vítima um papel de protagonista. É, portanto, um meio de resolução de conflitos entre as partes interessadas (vítima, ofensor e comunidade) a qual não visa solucioná-lo por meio de penas privativas de liberdade. A solução do conflito se dedica a restaurar à vítima

pelo delito praticado, como também promover a responsabilização do infrator e sua ressocialização na comunidade.

A Justiça Restaurativa não trata apenas de uma resolução de conflitos, mas sim como um meio de transformar os paradigmas de convivência social. A Justiça Comum detém um caráter altamente repressivo, enquanto a Justiça Restaurativa propõe uma mudança para um paradigma restaurativo, visando sempre a busca pela pacificação social.

Por fim, foram apresentados dados do Infopen de julho de 2017, como também do BNMP 2.0 de agosto de 2018 que permitiram concluir certo estereótipo comum entre as pessoas inseridas no sistema prisional, quais sejam jovens, pretos/pardos, grau de escolaridade baixo e baixa renda.

Ademais, com os dados colhidos mostrou-se que os crimes mais cometidos pelas pessoas privadas de liberdade no Brasil são os crimes contra o patrimônio e tráfico de drogas. Foi citado um caso de aplicação da Justiça Restaurativa no crime de roubo que foi altamente eficiente para todas as partes. Ademais, foi apresentado um julgado do STF que tinha como finalidade mostrar a desproporcionalidade em relação ao delito e a pena aplicada.

Pode-se perceber que o Brasil prioriza a prisão por quantidade do que a por qualidade. Basta que a conduta praticada se enquadre no tipo penal para justificar a pena privativa de liberdade. Porém, há de se ter consciência que, na situação em que o país se insere, a qualidade tem que prevalecer, haja vista o não funcionamento do sistema.

Além disso, defendeu-se que a Justiça Restaurativa poderia ser aplicada tanto em crimes de furto, como também nos de roubo, até mesmo em reincidentes, a depender do caso concreto e se possuir as características essenciais para a resolução por meio das práticas restaurativas. Ademais, defendeu-se que aplicar a Justiça Restaurativa em crimes de tráfico de drogas em pequenas quantidades poderia ser, também, um caminho eficiente para amenizar o problema da superlotação carcerária.

Soluções em relação a esses crimes influenciam significativamente a superlotação, pois são os crimes mais cometidos pelas pessoas inseridas no sistema prisional. Portanto, defendeu-se a aplicação da Justiça Restaurativa nos crimes de médio potencial ofensivo, até mesmo para os reincidentes.

Haver uma outra forma de punir esses infratores sem levá-los ao cumprimento de pena dentro do sistema prisional é uma forma de evitar que se tenham a dignidade violada, como

também, é um meio para resguardar e proteger os direitos inerentes a eles. Portanto, isso não significa que o infrator não irá cumprir pena. Pelo contrário, ele irá cumprir de modo que consiga proporcionar à vítima a melhor solução para o delito causado.

Ainda, defende-se a aplicação da Justiça Restaurativa de modo mais rígido pelo Judiciário a fim de que, para os crimes em que seja possível resolver por meio das práticas, que seja obrigatório, pelo menos, a tentativa. Por fim, o objetivo do trabalho não visa a extinção da Justiça Comum, e sim que ambas cooperem e atuem em conjunto. Conclui-se que, grande parte das pessoas presas poderia cumprir pena de modo muito mais eficiente e com muito mais qualidade com a reestruturação desses dois sistemas.

É de extrema importância a continuação dos estudos e pesquisas em relação ao tema, visto que o sistema prisional se encontra falido. É necessário que se faça mudanças a fim de amenizar o problema da superlotação carcerária. E, sem dúvidas, a implementação da Justiça Restaurativa representa um avanço e é o caminho defendido pelo presente trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUINSKY, Beatriz Gershenson *et al.* A introdução das práticas da justiça restaurativa no sistema de justiça e nas políticas da infância e da juventude e Porto Alegre: notas de um estudo longitudinal no monitoramento e avaliação do projeto justiça para o século 21. In: BRANCHER, Leoberto; SILVA, Susiâni (orgs.). **Justiça para o Século 21**: instituindo práticas restaurativas. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

AZEVEDO, André Gomma; BARBOSA, Ivan Machado (orgs.). **Estudos em arbitragem, mediação e negociação**. Brasília: Grupos de Pesquisa UnB, 2007. v. 4.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BAZEMORE, G.; WALGRAVE, L. (eds.). **Restorative juvenile justice**: repairing the harm of youth crime. Nova York: Willow Tree Press, 1999.

BOECKEL, C. Presídio do RJ é um dos piores de toda a América, diz comissão de direitos humanos. **G1 Rio**. 12 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/12/presidio-do-rj-e-um-dos-piores-de-toda-a-america-diz-comissao-de-direitos-humanos.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Conselho Econômico e Social da ONU. **Resolução nº 2002/12 de 24 de julho de 2002**. Princípios básicos para a utilização de programas de justiça restaurativa em matéria criminal. Disponível em: <http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/traducaodaresolucaodaonusobrejusticarestaurativa.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução 225 de 31 de maio de 2016**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2289>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de execução Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Jun. 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347**. Acórdão da Medida Cautelar. Brasília, Rel. Ministro Marco Aurélio. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4783560>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 143.921- MG**. Paciente: Evanildo José. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, 01 jun. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/toffoli-nega-hc-reu-furto-bermuda.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAMARGO, Virginia da Conceição. **Realidade do sistema prisional**. out. 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2971/Realidade-do-sistema-prisional>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO FILHO, Luiz Francisco. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

CERIONI, C. "É campo de concentração": o escândalo de tortura em presídios no Pará. **Exame, Abril**. 9 out. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/e-campo-de-concentracao-o-escandalo-de-tortura-em-presidios-no-para/>. Acesso em: 10 out. 2019.

COSTA JR, Paulo José da. **Direito penal curso completo**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

DESCARTES, R. **O mundo ou tratado da luz e o homem**. Campinas: Unicamp, 2009.

FERREIRA, Gilberto. **Aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GARCIA, G. 'Brasil, historicamente, prende muito, mas prende mal', diz ministro. **G1 Brasília**. 18 out. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/10/brasil-historicamente-prende-muito-mas-prende-mal-diz-ministro.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

GROS, Frédéric. Punir é transformar um sofrimento em infelicidade. *In*: GARAPON, Antoine, *et al.* **Punir em democracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

JACCOUD, M. **Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa**. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília. 2005.

JESUS, Joalice Maria Guimarães de. **Justiça Restaurativa aplicada ao Juizado Especial Criminal: em busca do modelo ideal**. 2014. 264 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014.

MAXWELL, Gabrielle. A Justiça Restaurativa na Nova Zelândia. *In*: SLAKMON, C. DE VITTO, R. PINTO, R. Gomes (org.). **Justiça Restaurativa**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

MCCOLD, Paul; WACHTEL, Ted. **Em busca de um paradigma:** uma teoria de justiça restaurativa. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CRIMINOLOGIA, 13. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.iirp.org/library/paradigm_port.html. Acesso em: 10 out. 2019.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal:** parte geral. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PACHECO, Andreia Teixeira Moret. **Justiça restaurativa:** uma possível alternativa a pena de prisão e sua utilização pelo poder judiciário. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9749/Andreia%20Teixeira%20Moret%20Pacheco.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2019.

PEREIRA, L. Justiça Restaurativa: uma solução para a superlotação das cadeias? **Projeto Colabora**, 13 out. 2017. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods1/justica-restaurativa/>. Acesso em: 10 out. 2019.

SALMASO, Marcelo Nalesso. Uma mudança de paradigma e o ideal voltado à construção de uma cultura de paz. In CRUZ, Fabrício Bittencourt da. (coord.). **Justiça restaurativa:** horizontes a partir da Resolução CNJ 225. Brasília: CNJ, 2016.

SHALOM, D. 67,7% dos presos por tráfico de maconha tinham menos de 100 gramas da droga. **IG São Paulo**, 23 set. 2014. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/2014-09-23/677-dos-presos-por-trafico-de-maconha-tinham-menos-de-100-gramas-da-droga.html>. Acesso em: 10 out. 2019.

SILVA, Haroldo Caetano da. **Manual de execução penal**. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2002.

SPARREMBERGER, V. **AJURIS 74 anos:** o berço da justiça restaurativa. Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul. 15 ago. 2018. Disponível em: <http://ajuris.org.br/2018/08/15/ajuris-74-anos-o-berco-da-justica-restaurativa/>. Acesso em: 10 out. 2019.

TELES, Ney Moura. **Direito penal:** parte geral, arts. 1º a 120. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v.1.

TJDFT. **A Justiça Restaurativa:** história. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/justica-restaurativa/a-justica-restaurativa/o-que-e-a-justica-restaurativa>. Acesso em: 10 out. 2019.

VALENTE, Rodolfo de Almeida. **Luta antiprisional no mundo contemporâneo:** um estudo sobre experiências de redução da população carcerária em outras nações. São Paulo: Pastoral Carcerária, 2018.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes:** um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.